



GEDES

Grupo de Estudos de
Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 36/2019

Período: 05/10/2019 - 11/10/2019

GEDES – UNESP

- 1- Criação da estatal NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea opôs Ministério da Defesa e Ministério da Economia
- 2- Submarino Humaitá do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) chegou à etapa final de construção
- 3- Gasto com a reforma da Previdência de militares deve ser maior que o previsto
- 4- Marinha investigou derramamento de óleo na costa brasileira
- 5- Depoimentos de militares envolvidos no assassinato de Evaldo Rosa e Luciano Macedo foram adiados pela segunda vez
- 6- Decisão sobre indenizações a ex-militares anistiados foi adiada

1- Criação da estatal NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea opôs Ministério da Defesa e Ministério da Economia

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, cerca de dois mil funcionários da INFRAERO podem ser transferidos para a estatal NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea, caso a Medida Provisória (MP) que cria a nova empresa seja sancionada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. Segundo o jornal, o Ministério da Economia se opôs à criação da estatal e tentou articular para que a medida fosse rejeitada no Congresso. De acordo com *O Estado*, a nova empresa teve sua criação defendida por militares e pelo Ministério da Defesa. A estatal foi criada a partir de uma medida provisória editada durante o governo do ex-presidente da República, Michel Temer, e foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado entre os dias 25 e 26/09/19. Caso a MP seja sancionada, a estatal estará vinculada ao Ministério da Defesa e será sediada na cidade do Rio de Janeiro. No Senado, em comissão especial, o deputado Eduardo Cury, justificou a importância da estatal sob o imperativo da soberania nacional. (*O Estado de S. Paulo – Economia – 05/10/19*)

2- Submarino Humaitá do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) chegou à etapa final de construção

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo* o submarino Humaitá chegou à etapa final de construção com a junção das cinco partes do casco no porto de Itaguaí na região metropolitana do Rio de Janeiro. No dia 11/10/19, o presidente da República, Jair Bolsonaro, participou da solenidade que marcou o início da última

etapa de construção. O submarino convencional Humaitá é parte do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil. De acordo com o periódico, “a embarcação será o segundo dos quatro submersíveis comprados do estaleiro DCNS e financiados pelo banco BNP Paribas, ambos franceses, em 2008”. Depois dessa etapa o submarino ainda permanecerá um ano em construção, para que o seu interior seja trabalhado. O lançamento da embarcação ao mar foi previsto para o segundo semestre do ano de 2020. Os submarinos Tonelero e Angostura, também parte do Prosub, tem previsões de lançamento para os anos de 2021 e 2022, respectivamente. Ao todo o Prosub prevê a construção de quatro submarinos convencionais e uma embarcação com propulsão nuclear. O primeiro, que recebeu o nome Riachuelo, foi lançado ao mar no final do ano de 2018. Segundo o engenheiro responsável pela construção, almirante Celso Mizutani Koga, a conclusão do Prosub contribuirá para a defesa da soberania e das riquezas na área marítima brasileira. (O Estado de S. Paulo – Política – 08/10/19)

3- Gasto com a reforma da Previdência de militares deve ser maior que o previsto
Segundo os periódicos *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo*, a reforma da Previdência dos militares deve ter um custo de R\$ 14,9 bilhões maior do que o previsto originalmente. A reforma prevê a reformulação das carreiras dos militares, a elevação da remuneração e o reajuste de gratificações. De acordo com os jornais, o Ministério da Economia informou que o mesmo valor também consta no cálculo das receitas oriundas da reforma, e por isso o valor estimado de economia com a mudança deve permanecer em R\$ 10,45 bilhões. Segundo os jornais, o projeto, que foi enviado no mês de março de 2019, deve ser votado no dia 09/10/19 em uma Comissão Especial. De acordo com *O Estado*, o projeto de reestruturação da carreira militar desagradou ao Congresso por exigir mudanças mais brandas e conceder privilégios. (*Correio Braziliense* – Economia – 09/10/19; *O Estado de S. Paulo* – Economia – 09/10/19)

4- Marinha investigou derramamento de óleo na costa brasileira
Segundo os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Marinha do Brasil abriu um inquérito para investigar a origem do óleo que atingiu o litoral do Nordeste. No dia 08/10/19, a Marinha informou que mobilizou 1583 militares, cinco navios e uma aeronave para patrulhar a região em busca da causa do vazamento. Segundo a *Folha*, as manchas de óleo surgiram no dia 02/09/19 e, de acordo com o Ibama, 138 localidades em nove estados já foram atingidas. De acordo com *O Estado*, uma investigação sigilosa e conjunta feita pela Marinha e pela Petrobras determinou que o óleo na costa tem a mesma "assinatura" que o óleo venezuelano. Entretanto, a Marinha e a Polícia Federal, que analisam as amostras, ainda não concederam declarações oficiais. (*Folha de S. Paulo* – Ambiente – 09/10/19; *O Estado de S. Paulo* – Metrópole – 09/10/19)

5- Depoimentos de militares envolvidos no assassinato de Evaldo Rosa e Luciano Macedo foram adiados pela segunda vez
Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Justiça Militar adiou, pela segunda vez, a audiência para os depoimentos dos 12 militares envolvidos no assassinato

do músico Evaldo Rosa dos Santos e do catador de materiais recicláveis Luciano Macedo, que ocorreu no dia 07/04/19. Na ocasião, de acordo com o Ministério Público Militar, os militares do Exército dispararam 257 tiros contra o carro em que estavam Evaldo e sua família no bairro de Guadalupe, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo o periódico, 83 disparos atingiram o veículo e Luciano foi atingido enquanto tentava socorrer às vítimas. Nove militares tornaram-se réus pelos crimes de duplo homicídio qualificado, tentativa de homicídio qualificado e omissão de socorro. Conforme a *Folha*, o adiamento se deu após um pedido da defesa dos militares. De acordo com o jornal, não há previsão para a realização dos depoimentos. Os militares respondem ao julgamento em liberdade em razão de medida concedida pelo Superior Tribunal Militar. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 10/10/19)

6- Decisão sobre indenizações a ex-militares anistiados foi adiada

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense* e *Estado de S. Paulo*, no dia 10/10/19, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, suspendeu o julgamento sobre a revisão e a anulação de anistias concedidas a 2,5 mil ex-militares da Força Aérea Brasileira (FAB), desligados durante o regime militar (1964-1985). A discussão foi interrompida após empate, com cinco integrantes se posicionando contra a revisão das anistias e cinco ministros a favor. O vice-presidente do STF, ministro Luiz Fux, estava ausente na sessão e caberá a ele desempatar a decisão. Não há nova data para a conclusão do julgamento. De acordo com os jornais, os ministros avaliam a Portaria 1.104, editada em 1964, que determinou que cabos poderiam permanecer na corporação por oito anos no máximo. Segundo o *Correio*, a Comissão da Anistia, descobriu, no ano de 2002, comunicações secretas da época que indicavam que a criação da regra foi fundamentada em perseguições “exclusivamente políticas” a toda a categoria. Assim, foram concedidas anistias com previsão de pagamento de indenizações mensais. Todavia, para a Advocacia Geral da União (AGU), a regra apenas reorganizava administrativamente o quadro de efetivos da FAB. A AGU também alegou que as anistias concedidas aos ex-militares não foram verificadas caso a caso quanto à existência de requisitos previstos na lei que instituiu o Regime do Anistiado Político, como a comprovação de que foi alvo de perseguição política. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, responsável pela Comissão de Anistia, os valores mensais com o ressarcimento da categoria chegam a R\$ 31,5 milhões. O impacto financeiro projetado para os próximos dez anos pode chegar a R\$ 43 bilhões, segundo estimativas do governo. (*Correio Braziliense* – Economia – 10/10/19; *Correio Braziliense* - Política - 11/10/19; *Estado de S. Paulo* - Política - 11/10/19)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruna Carolina da Silva Souto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Cristiano Manhães (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); David Succi Junior (Supervisor, doutorando em Relações Internacionais, bolsista Fapesp); Débora Maria dos Reis Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Gabriela Fideles Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Isabela de Oliveira Guariza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Karina Hikari Thotusi (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Larissa Barroso Cangerana (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Leonardo Dias de Paula (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Renata Carol Cancian Mallmann (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victória Balmat Silva Neto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).